

**CORONÉIS, JORNAIS E
A FORMAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS NO
AMAZONAS**

**CORONELS, NEWSPAPERS AND
THE FORMATION OF THE
MUNICIPALITIES IN THE AMAZON**

**CORONELES, JORNALES Y LA
FORMACIÓN DE LOS MUNICIPIOS
EN AMAZONAS**

Luís Francisco Munaro^{1, 2}

RESUMO

Este artigo pretende identificar algumas das atividades jornalísticas vinculadas aos coroneis nos municípios do sertão do Amazonas. Através de exploração de jornais no período de 1880 a 1920, busca detectar os vínculos entre a política monopolizada pelo coronel e a extensão de uma teia de escritos jornalísticos. Num segundo momento, através do discurso dos jornais, lança questionamentos sobre a composição social dos vilarejos mutantes que se espalham ao longo da enorme bacia hidrográfica amazônica. Para tanto, foram selecionados dez jornais em sete municípios, através dos quais se analisou as menções à intendência municipal ou à prefeitura. O estudo foi elaborado a partir de dois eixos temáticos principais: a configuração política dessa imprensa interiorana e uma breve exploração nos traçados sociais dos vilarejos e cidades.

¹ Doutor em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, graduado em História e em Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Docente do Curso de Comunicação Social e do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia na Universidade Federal de Roraima. E-mail: luismunaro@ufr.br. orcid.org/0000-0003-4089-6537

² Endereço de contato do autor (por correio): Av. Cap. Ene Garcês, 2413 - Aeroporto, Boa Vista - RR, 69310-000, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Amazonas; Ciclo da Borracha; Jornalismo; Coronelismo; Município.

ABSTRACT

This article intends to identify some of the journalistic activities related to coronels in the municipalities of the Amazon region. Through the exploration of newspapers from the 1880s to the 1920s, he sought to detect the links between the politics monopolized by the coronel and the extension of a web of journalistic writings. In a second moment, through the discourse of the newspapers, questions the social composition of the mutant villages that spread along the huge Amazon basin. For that, ten newspapers were selected in seven municipalities, through which the mentions to the municipal intendancy were analyzed. The study was elaborated from two main thematic axes: the political configuration of this interior press and a brief exploration in the social tracts of the towns and cities.

KEYWORDS: Amazonas; Rubber cycle; Journalism; Colonelism; County.

RESUMEN

Este artículo pretende identificar algunas de las actividades periodísticas vinculadas a los coroneles en los municipios del sertão del Amazonas. A través de exploración de periódicos en el período de 1880 a 1920, busca detectar los vínculos entre la política monopolizada por el coronel y la extensión de una red de escritos periodísticos. En un segundo momento, a través del discurso de los periódicos, lanza cuestionamientos sobre la composición social de las aldeas mutantes que se extienden a lo largo de la enorme cuenca hidrográfica amazónica. Para ello, se seleccionaron diez diarios en siete municipios, a través de los cuales se analizó las menciones a la intendencia municipal o al ayuntamiento. El estudio fue elaborado a partir de dos ejes temáticos principales: la configuración política de esa prensa interior y una breve exploración en los tramos sociales de las aldeas y ciudades.



revista
Observatório

ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 6, Outubro-Dezembro. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2018v4n6p270>

PALABRAS CLAVE: Amazonas; Ciclo del Caucho; el periodismo; coroneles; Municipio.

Recebido em: 15.05.2018. Aceito em: 22.08.2018. Publicado em: 08.10.2018.

Introdução

Um problema cuja resolução ainda se encontra distante diz respeito aos micropoderes políticos e sua distensão no enorme espaço hoje compreendido como Amazônia. A Constituição Republicana de 1891 alterou de forma fundamental a composição política do Brasil transformando o município no principal teatro da conquista de votos. Segundo as obras de Raymundo Faoro (2001), Vitor Nunes Leal (2012) e Eul-Soo Pang (1979), esse teatro era arbitrado pelo poder de uma liderança local, carismática, em geral proprietária de terras, cujas ramificações políticas se expandiam na medida mesma de seus vínculos familiares. Utilizando essa noção de coronelismo, o tema deste artigo é a estruturação das práticas de poder e impressão de jornais nos municípios amazônicos, caracterizados pela construção derivada dos movimentos migratórios no ciclo da borracha. O ciclo da borracha conectou a Amazônia ao mercado internacional e impulsionou a formação de várias zonas extrativas, também incumbidas de receber imigrantes seduzidos pela ideia de enriquecimento rápido. A dinamização urbana, sobretudo nas capitais Manaus e Belém, se tornou um emblema do período gomífero, sendo caracterizada pela historiografia como uma *belle époque* (DAOU, 2004).

O supracitado estudo de Vitor Nunes Leal relativamente à República Velha (1889-1930) sugeriu que o governo do estado dependia de forma íntima da ação das lideranças locais, compreendidas sob o topônimo de coronéis, para manter maiorias eleitorais e assim estender o seu círculo de influência. Para a compreensão dessas teias crescentes de poder no espaço amazônico, os jornais fornecem importantes indícios e, além disso, se apresentam como um

instrumento de propaganda e como porta-vozes dos grupos de poder instalados na prefeitura municipal. Ao mesmo tempo em que podem ser compreendidos como uma extensão do poder político, também servem como importante retrato da construção das municipalidades amazônicas, posto que os municípios sempre possuem à sua disposição máquinas de tipos que imprimem jornais e atos administrativos.

Através de mecanismos variados, escorados na sua ação pessoal, o coronel mantinha um delicado equilíbrio de poderes, sustentado por meio de sua capacidade de capturar votos nos processos eleitorais. Assim, o processo eleitoral é a encenação que assegura ao coronel a sua situação de proeminência local. Como sustenta o mesmo Vitor Nunes Leal, a força eleitoral do coronel é o que lhe garante prestígio político, resumindo em sua pessoa importantes instituições sociais: “Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam” (2012, p. 2). Sobre o processo eleitoral na Amazônia da República Velha, segundo Iraildes Torres (2009, p. 104), envolvia também o voto de defunto e o voto de cabresto, “cédulas preenchidas e entregues ao eleitor para votar, reabilitação dos mortos nas urnas, sumiço de urnas, de atas de eleição”, elementos característicos do coronelismo brasileiro.

À capacidade pessoal de arregimentar apoios, manter maiorias eleitorais e pacificar a vila ou a cidade se soma o seu papel de agente econômico, dado sua posse de seringais ou sua atuação como aviador ligado à troca de mercadorias por meio dos vapores. Estudos sobre a atuação destas forças na Amazônia (PINHEIRO, 2017; MUNARO, 2017) permitem entrever também uma

Íntima ligação dos coronéis com as atividades jornalísticas. A partir desta noção geral sobre o papel do coronel na estruturação das sociedades interioranas na Amazônia, este artigo pretende identificar algumas das atividades jornalísticas vinculadas aos exercícios dos coroneis nos municípios do sertão do Amazonas no período de 1880 a 1920. Num segundo momento, através do discurso dos jornais, lança questionamentos sobre a composição social dos vilarejos mutantes que se espalham ao longo da enorme bacia hidrográfica amazônica. Para tanto, foram selecionados dez jornais em sete municípios. Nestes jornais, procedeu-se a uma categorização buscando identificar menções à intendência municipal ou à prefeitura e a definição da linha editorial jornalística. O estudo foi elaborado a partir de dois eixos temáticos principais identificados com seções: a configuração política da imprensa interiorana, alicerçada no município e na ação do coronel e uma breve exploração nos traçados sociais desses vilarejos ou cidades como transparecem na atividade periodística.

Imprensa

As disputas pelo poder municipal nos sertões da Amazônia durante o ciclo da borracha contrapõem grupos que financiam jornais. Os poderes em disputa encontravam no jornal um instrumento de construção simbólica muito importante, aliado ao seu papel na divulgação de atos administrativos e reforço da própria autoridade municipal. Em virtude disso se deu o financiamento constante de atividades impressas ou jornalísticas nos municípios que passavam a configurar um espaço institucional de disputa importante no interior da República Velha. Em estudo sobre o jornal *Mariuaense* de 1897, na cidade de Barcelos, localizado no Rio Negro, Luís Balkar Pinheiro atribuiu papel central ao

poder municipal na expansão de uma teia de escritos nos interiores. Segundo o autor, fundamental

para o espraiamento da imprensa pelo sertão amazônico na virada do XIX para o XX foi a centralidade que a Constituição Republicana de 1891 (e a derivada Lei Orgânica dos Municípios, de 1893) atribuiu aos municípios como fonte de legitimação do poder oligárquico regional. Isso explica não apenas o espraiamento da imprensa, mas sobretudo de uma imprensa partidária e claramente voltada para os pleitos eleitorais (PINHEIRO, 2016).

Também a multiplicação dos partidos republicanos dizia respeito à estabilização de teias de indivíduos que fixavam o seu poder nos municípios (WITTER, 1987). Os partidos se escoravam na imagem das lideranças estaduais e neles havia pouco espaço para a ideologia. A afirmação do poder regional por meio da cooptação de eleitores era o elemento mais importante da vida partidária. Mesmo as candidaturas de oposição eram rapidamente reabsorvidas pela composição de forças do partido, onde ficava mais evidenciado o personalismo e os laços de parentesco (JANOTTI, 1986, pp. 62-3). As relações de poder lembram, portanto, muito mais a presença de lideranças tradicionais, mantidas por meio de vínculos patrimoniais, para as quais o município se constitui num *locus* de poder familiar, do que vínculos políticos resultantes de arranjo de forças sustentadas por doutrinas. Esse espectro político vai ser constante até pelo menos a República Nova, com o crescimento dos poderes públicos, a industrialização do país e a estatização impulsionada por Getúlio Vargas.

Luís Balkar Pinheiro sugere ainda que os periódicos interioranos eram sobretudo pequenas folhas de cunho político partidário, funcionando como extensão desses poderes: “Invariavelmente, as folhas municipais faziam a

apologia do chefe político local e da oligarquia ao qual ele se via vinculado” (2017, p. 100). A partir do seu estudo, sistematizado na publicação “Imprensa e sociedade na Amazônia” (2017), e também da obra “Rios de Palavras” (MUNARO, 2017), é possível mapear uma série de coronéis que foram também proprietários de jornais no espaço interiorano. Alguns destes títulos são: *O Parintins* (1907-11), propriedade do Coronel Tomás Meirelles; *O Liberal* (1914), de Manaus, do Coronel Antonio Guerreiro Antony; *A tribuna*, de Manacapuru, (1902-3), Coronel Julio Roberto; *O Humaythaense* (1891-1917), em Humaitá, criado pelo Coronel Francisco Monteiro; o *Mariuaense* (1897), em Barcelos, propriedade do Coronel José Antonio Nogueira Campos; *O Cruzeiro do Sul* (1906-1917) do Coronel Thaumaturgo Gregório de Azevedo (1910); *O Correio do Purus* (1898-1916), em Lábrea, do Coronel Manoel de Castro Paiva; *O Acreano* (1911), em Rio Branco, do Coronel Antonio Antunes Alencar.

Em geral, estes jornais buscavam apontar a sua vinculação com o pensamento republicano, entendido como sinônimo de urbanidade, civilização e mesmo de letramento e superação da estagnação econômica da monarquia. O jornal, como o coronel que nele se pronuncia, se exibia assim como uma força moderna e vinculada ao progresso da cidade. Vários títulos de periódicos lembram tentativas locais de buscar autoafirmação e fortalecer a posição política de determinados indivíduos, independente de qualquer orientação partidária nacional, tendo os municípios como epicentro do exercício do poder regional. Assim, a vinculação ao Partido Republicano indica mais uma intenção de poder e uma orientação para o progresso do que a composição de um programa político com orientação ideológica. Periódicos nas cidades de Barcelos, Coary, Manicoré, Tefé e Benjamin Constant, por exemplo, intitulavam-

se órgãos do Partido Republicano. *O Coaryense* mencionava da seguinte forma o seu vizinho *A Federação*:

Cumprimentos e permissão para a publicação destas linhas, que noticiam a formação do Partido Republicano Federal do riquíssimo município de Tefé, atestando ao mesmo tempo o prestígio e valor do coronel Oliveira Câmera e solidariedade política da maioria ou antes, da quase totalidade do corpo eleitoral daqui, a patriótica administração Eduardo Ribeiro (*A Federação*, jornal de Tefé, *Apud. O Coaryense*, 13 de junho de 1895)

As ramificações dos partidos republicanos possuíam como uma de suas encarnações locais os coronéis. E estes procuravam estruturar ao menos uma parte do seu poder através dos jornais. Era habitual que os jornais tecessem elogios constantes à liderança local. É preciso salientar, contudo, que a expansão das sociabilidades, o afluxo de imigrantes e a conseqüente debilidade da autoridade municipal para debelar problemas relativos à estrutura urbana resultaram em dissidências políticas no espaço dos periódicos, o que demonstra a tensão existente entre o aparelho administrativo e uma esfera pública em cujo seio deveria estar a crítica de decisões políticas. Luís Balkar Pinheiro lembra, sobre isso, que

O jornal fará o elogio ao Superintendente, louvando suas qualidades de bom administrador, mas logo esta relação não se mostrou duradoura, uma vez que o projeto político assumido pelo jornal passava por estabelecer um diálogo com a comunidade e, portanto, com os eventuais eleitores do município, a partir da discussão dos quadros de carências e demandas da vila e de sua população, o que acabou por lançar o jornal numa rota de colisão com a administração municipal (PINHEIRO, 2016, p. 24).

A imprensa se transformou, assim, numa vitrine para a compreensão dos conflitos de poder local entre situação e oposição. Os grupos de poder indicam

uma disputa de forma, muitas vezes, independente da disponibilidade de leitores e assinantes. Entre os casos exemplares, coletados durante a construção deste artigo, estão São Joaquim e Barcelos, no Rio Negro, Lábrea no Rio Purus, Itacoatiara e Parintins no Amazonas, Manicoré e Humaitá no Rio Madeira. A busca pela autoridade política do município criou uma série de conflitos opondo grupos locais. Ainda antes da República, tais conflitos já começaram a se esboçar. Em Lábrea, elevada da condição de freguesia para vila através de decreto de 1881, o jornal *O Purus* atacava em sua primeira edição a administração municipal:

A má aplicação das rendas municipais – estas rendas sendo bem aplicadas darão para tudo, a questão depende somente da boa ou má *** e administração delas. No entanto, com pesar dizemos que, até hoje, a câmara municipal ainda não procurou satisfazer esta expectativa pública e a prova está patente a todos e explica-se na avultada soma que para os cofres daqui vem vindo (julho de 1888, p. 1).

Por outro lado, podia-se preferir denunciar, de forma genérica, a desatenção dos poderes centrais, poupando o ataque direto à prefeitura – a não ser que o objetivo do jornal fosse claramente o de oposição política na esfera local. Em sua edição de 30 de setembro de 1906, *O Arauto* de Itacoatiara delimitava, como seu principal objetivo político, evitar que o “auxílio dos poderes públicos continuem esquivos como até hoje, auxílio de que é por demais merecedora Itacoatiara, como a primeira cidade depois da capital do Amazonas” (*O Arauto*, 30 de setembro de 1906, p. 1). Em alguns casos, o sentimento de oposição política assumia a fisionomia explícita de revanchismo. O *Rio Madeira* de Manicoré, por exemplo, fazia oposição ao ex-prefeito Coronel Sabino Maria Santana. Diz sobre ele – agora despido do poder da prefeitura – que era

Homem ignorante, sem posição social, captou simpatias no partido situacionista pela afetada dedicação com que o servia, nunca escusando-se quaisquer que fossem as dificuldades da ocasião, ora como eleitor, ora como mesário, obedecendo cegamente ao chefe, a quem ouvia em qualquer ato que praticava público ou particular [...] (1 de fevereiro de 1906, p. 1).

O jornal *Rio Madeira* descrevia, na verdade, a situação predominante do mandonismo local no município da República Velha, onde o Coronel jogava com interesses para manter sua parentela nos cargos da administração municipal, cortejando, ao mesmo tempo, os poderes estaduais para obter benefícios. Os potentados locais eram os intermediários entre o município e o Estado, mas isso não os tornava, necessariamente, elementos todo-poderosos: eles precisavam justificar o seu mando através da obtenção de recursos, do aparelhamento urbano, da manutenção da justiça e da segurança local. A multiplicação de jornais evidencia como esse equilíbrio de poderes locais se tornou problemático. Segundo Vitor Nunes Leal, mais tarde, a complexificação da circulação de notícias originada por meio da propaganda radiofônica seria um elemento importante para a dissolução do poder dos coronéis (LEAL, 2012, p. 9). A extensão do alcance da mídia estaria assim ligada ao esfacelamento de poderes tradicionais, ainda que tenham levado à configuração de novos poderes num ambiente de disputa pelo monopólio da informação.

No que diz respeito aos jornais do sertão amazônico, eram mais importantes para o noticiário os fatos políticos do que as doutrinas políticas. Os fatos apareciam diretamente vinculados ao nome de alguma autoridade e à curiosidade gerada por aquilo que pode ser chamado de “blame gossip” ou fofoca danosa (ELIAS, 2000). Um exemplo disso é aquilo que é apresentado constantemente como a vida dissoluta da autoridade, seu caráter repugnante e sua moral combalida. O jornal *O Manicoré* descrevia o Intendente Municipal

como uma figura envaidecida, incapaz de buscar as instruções necessárias para o progresso local e mesmo um patrocinador de “defloramentos” feitos pelos seus familiares, numa clara intencionalidade fofoqueira:

A eminência da nova posição envaideceu o novo Superintendente, ouvidos cerrados ao conselho de amigos bem intencionados, S. S., seis meses após sua posse divorciado dos homens de bem, desorganizava os serviços públicos, encampava defloramentos, feitos pelos seus sobrinhos, utilizava os cofres públicos como de seu mealheiro e (santa simplicidade), confiava que ninguém mais além de sua pessoa e da ralé que o cercava existia (1 de fevereiro de 1906, p. 1).

Nas municipalidades mais antigas é possível perceber mesmo formas de crítica política um pouco mais sofisticadas. Evidentemente, não se trata de uma crítica política num sentido moderno, quer dizer, uma crítica que buscava desnudar poderes públicos revelando a sua dimensão representativa. Trata-se daquilo que poderíamos chamar de uma “esfera pública mitigada” marcada pelo personalismo, uma esfera onde a crítica política não circula abertamente, mas dissimula diante da presença sempre constante de uma elite tradicional vinculada à posse da terra que pode recorrer à força física quando que se fizer necessário. Além disso, também a força policial não é uma força destinada ao serviço público, mas perfeitamente amoldável às necessidades do grupo que se instalou na prefeitura. Isso pode ser observado em várias cidades como Sena Madureira, Rio Branco, Manaus, Barcelos e Itacoatiara. Na última delas, *O Correio de Serpa*, em 1913, chamava a atenção para o uso da força policial para a manutenção do poder político do prefeito e para o silenciamento da oposição:

Mas com a orientação dos que se dizem influentes na situação dominante que atravessamos e que em verdade dizemos, não

sabemos quem o são, o cargo de autoridade policial não passa de um instrumento amoldável à satisfação de baixas paixões daqueles que manejam tal personalidade, em oscilação entre dedos, como se fosse um delgado e flexível junco (*Correio de Serpa*, 1 de maio de 1913, p. 1)

Em Parintins, *O Tacape*, em sua edição de 15 de junho de 1903, fez um histórico das ações políticas do dono do jornal, dois anos antes Intendente municipal, o Sr. Henriques de Souza (*O Tacape*, 15 de junho de 1903, p. 1). Assim, o jornal é de propriedade do Intendente ou de sua parentela. Seu vínculo partidário é um detalhe, já que o pertencimento ao partido apenas demonstra uma pretensão de poder, nunca um posicionamento ideológico definido ou o comprometimento com uma causa política. Em todo o caso, o centro dessas querelas que tornam tão mais viva a circulação de jornais é a disputa pela prefeitura em vilarejos que são recém alçados à condição de cidades e passam a dispor de uma estrutura administrativa municipal. Na próxima seção buscaremos identificar, a partir dos temas, argumentos e panoramas registrados pelos jornais, alguns elementos de formação destas sociedades mutantes que orbitavam em torno do coronel ou da intendência municipal.

Elementos sociais

A documentação jornalística é insuficiente para precisar até que ponto e como se desdobrava a atuação do coronel e de sua parentela nos municípios. Sobre o sistema coronelístico como um todo, como lembra Cláudia Viscardi, "a maioria do povo permanecia à margem do processo e assim ficou durante muitas décadas. No entanto, não foram privilégios da Primeira República os

baixos índices de participação do povo na política por meio do voto” (Apud. FIGUEIREDO, 2017, p. 12). Assim, nestes jornais municipais, identificar a aparição da sociedade para além dos círculos da elite interiorana é um pouco complicado. Esta seção do texto faz algumas tentativas de lançar maior visão sobre o município, a partir sobretudo de preocupações que começaram a aparecer na estrutura dos jornais.

Estes não constituem apenas um retrato da vida política dos rios, da tentativa de estabelecer entrepostos, firmar poderes e determinar autoridades. Eles refletem, nas suas entrelinhas, a composição social desses vilarejos mutantes, rapidamente erguidos durante o boom da borracha. É este, precisamente, o aspecto mais difícil de investigar na estrutura de jornais que se querem políticos. Nos jornais marcadamente literários, que se definem exteriores à arena política, identificam-se pretensões intelectuais e clubísticas que refletem o desejo de interação e confraternização de parte das camadas privilegiadas da sociedade. Os jornais compõem uma espécie de extensão do círculo de representações dos clubes e partidos, ao se referirem constantemente aos seus próprios integrantes. Estas referências acontecem na forma de “chegadas e partidas”, “visitas ilustres à redação”, participações em festas, nomeações políticas, etc. Em cidades um pouco mais próximas de Manaus, como Itacoatiara e Parintins, são expressivos os jornais de clubes, escolas e associações comerciais, em torno dos quais orbita a vida coletiva das elites locais. Dessa forma, há anúncios de serestas, soirées e festas em clubes ou casas de indivíduos mais destacados. Nestas pequenas cidades sem atividades econômicas muito diversificadas, como observa Maria de Lurdes Janotti,

não se desenvolveram funções eminentemente urbanas. O fraco comércio, o limitado mercado de consumo, as reduzidas exigências das necessidades do cotidiano, a ausência quase absoluta da produção industrial conferiam-lhes uma fisionomia rural. Pontos de encontro entre proprietários e comerciantes, onde lavradores vinham vender ou trocar seus produtos, estas cidades foram reprodutoras das relações agrárias, muito mais do que centros impulsionadores de transformações progressistas (Apud. PINHEIRO, 2016, p. 12).

Entre os inúmeros colunistas sociais ou cronistas da exígua vida urbana, pode-se mesmo perceber a descrição da extinção de antigas funções e atividades sociais conforme avançava a década de 1910 e rareavam as atividades comerciais. Os jornais configuram um importante retrato dessa sociedade mutante, firmemente vinculada ao ambiente da extração da goma elástica, e ao mesmo tempo se colocam, enquanto agentes da modernidade, na condição de protagonistas da transformação do ambiente urbano. É sua missão “civilizar” os costumes e modernizar a vida urbana, transformar hábitos e tornar a população mais receptível ao trabalho e ao comércio. Por si só, portanto, a leitura configura uma prática de autocontrole, de imersão intelectual, que auxilia o indivíduo a portar-se de forma mais condizente com a cidade.

Conforme sugerido pelo estudo de Charles Wagley (1979), a escassa vida social e a pequena oferta de diversões se limitavam às festividades religiosas em que santos se misturavam a entidades indígenas. E, sobre os coronéis que estavam mais diretamente envolvidos com as atividades extrativas, chamados coronéis de barranco, preferiam gastar o dinheiro que tinham nas capitais Manaus e Belém (MODESTO, 2013). No que tange à cidade de Barcelos estudada por Luís Balkar Pinheiro,

A população rarefeita e a forte endogamia fortaleciam os laços de sociabilidade e parentela que, por sua vez, contribuíam para a

estabilidade das relações, resultando numa baixa ocorrência de distúrbios e conflitos sérios entre os moradores. Num ambiente repleto de parentes e compadres, discussões e rixas (provocadas, quase sempre, pela embriaguez), tendiam a ser ocasionais e logo dissipadas pelos presentes. Nas pequenas comunidades rurais da Amazônia, a produção de eventos sociais que congreguem a população dispersa pelas vilas e arredores, é uma necessidade imperiosa para 'quebrar a solidão da existência humana' (PINHEIRO, 2016, p. 15).

Vários jornais locais anunciavam estes eventos sociais rarefeitos, ocasiões para os flertes que não raramente resultavam em relacionamentos celebrados pelos colonistas. O *Correio de Manicoré*, em sua edição de 4 de fevereiro de 1900, anunciava encontros, soirées, bailes e, em geral, notícias sobre a vida social de uma elite em processo de construção política e social. Pode-se sugerir que o jornal teatralizava a aparição desta elite que orbitava em torno do coronel e ajudava a assegurar a sua posição de destaque. Contudo, ao mesmo tempo ele se referia ao gestual, aos hábitos e mesmo às maneiras necessárias para se comportar nas circunstâncias distintas, indicava que não bastava para um homem ser instruído, já que, sem maneiras delicadas e corteses "lhe falta a simpatia que é o grande privilégio das almas nobres e afetuosas, e tanto quanto a simpatia, falta-lhe a sinceridade dos corações generosos" (*O Manicoré*, setembro de 1907, p. 1). Em outros casos relatados por jornais, ficava patente o caráter licencioso das festas, mais na esteira das festas embriagadas observadas por Charles Wagley, quando a 'branquinha' permitia um relacionamento mais desbragado:

O ambiente animado das festas e a licenciosidade advinda de algumas doses a mais da 'branquinha' abria o flanco necessário para que as interações entre homens e mulheres estruturassem relacionamentos amorosos, tema não negligenciado pelo *Mariuaense*. Algumas de suas edições abriram espaço para os mexericos acerca de condutas inadequadas entre os

frequentadores dos bailes, o que se fazia sempre por meio de observações jocosas e maliciosas insinuações assinadas por um anônimo 'repórter' (PINHEIRO, 2016, p. 19).

As colunas intituladas "vida social" apresentavam-se assim como um elemento moderador importante na conduta da elite social local – se é que a podemos chamar assim. De uma forma geral, elas se referiam não apenas às condutas nas festas, mas sobretudo aos nascimentos, casamentos, chegadas e partidas, carecendo evidentemente de uma discussão mais ampla sobre a composição social da vila, freguesia ou cidade, quer dizer, deixando transparecer apenas a circulação de membros com elevada posição social ou econômica.

Foi somente em Manaus que as folhas operárias se multiplicaram e demonstraram o aparecimento de um público com potencial de consumo mais modesto (PINHEIRO, 2015). Estas preocupações parecem tocar, de forma apenas pontual, os jornais interioranos. A narrativa predominante sobre o trabalhador era a visão alimentada pelo patrão, que dizia respeito a um empregado ocioso e incapaz de assumir qualquer ritmo industrial em suas atividades. Ainda assim, alguns jornais já demonstravam preocupação com a situação dos trabalhadores, principalmente aqueles que circularam em cidades onde havia algum movimento operário ou nível mais complexo de organização laboral. Nas páginas dos jornais do interior do Amazonas, o elemento trabalhador vivia nas sombras, e quando os jornalistas demonstravam alguma preocupação o faziam a partir de um filtro republicano que mirava diretamente o progresso nacional escorado na força de trabalho. Como lembra Maria Luiza Ugarte Pinheiro, ao menos 16 jornais operários circularam em Manaus entre 1891 e 1928. Nos interiores, algumas iniciativas isoladas e curiosas podem ser

percebidas e indiciam esse público virtual que vive nas sombras da cidade. O jornal *O Rio Negro*, na distante São Joaquim, comemorou desta forma o dia do trabalhador “oprimido”:

Hoje é o dia da festa comemorativa desse grande motor do progresso: - O Trabalho!! Na Europa o Artista oprimido e subjugado ao peso do Capital, sente neste dia o seu sangue agitar-se nas veias nas manifestações de um verdadeiro entusiasmo; nessa convulsão, nesse embate de ideias é que, conseqüentemente nasce o desejo de desvencilhar-se desse - Algoz - que lhe oprime, estabelecendo-se as mais das vezes os mais justos e enérgicos protestos, que constituem as ameaças e receios os mais sérios para os Governos (*O Rio Negro*, 10 de maio de 1906, p. 1)

Outra instituição que, na linguagem dos jornais, aparecia vinculada à luta pela melhor condição de vida do trabalhador foi a Maçonaria, que se apresentava como uma aliada do progresso refletindo ideias ora socialistas e ora espíritas. Em particular numa dessas cidades, Parintins, os jornais foram predominantemente maçônicos. O Jornal *O Tacape* referia-se em todas as suas edições, numa coluna especial, às reuniões da Maçonaria – um tema que aparecia como controverso frente aos poderes católicos já entranhados na Amazônia através de séculos de atividade missionária. O jornal mencionava a “Comemoração do 1o. de maio: A maçonaria e o proletariado”, em texto que descrevia o sentimento de solidariedade dos maçons diante dos trabalhadores, mesclando o discurso da libertação do trabalhador com a luta contra o Capital (*O Tacape*, 14 de dezembro de 1902, p. 1). Vários indivíduos politicamente influentes estendiam os seus poderes através das lojas maçônicas, cujo papel, em virtude da carência de fontes institucionais da Maçonaria tornadas públicas, ainda não possui estudos mais abrangentes. Mesmo que isso cause constrangimento diante das crenças institucionalizadas pelo clero, os encontros

em lojas são noticiados em várias circunstâncias. *O Javary* de Parintins, por exemplo, lembra que “em data de 23 de dezembro último, por escritura pública lavrada nas notas do Tabelião interino João Barbosa Ferreira, adquiri para o Município o prédio em que presentemente funciona as suas repartições, pela importância de 12,00\$000, à Sociedade Maçônica ‘Firmeza e Amor’” (11 de março de 1917, p. 1).

Mais do que a Maçonaria, considerada solidariedade diante de um princípio criador único chamado Deus, também as ideias espíritas começaram a pipocar em vários pontos. O fato de a religião católica ter se estabelecido de forma arraigada através das atividades missionárias não conseguiu afastar os costumes sincréticos ou o flerte da doutrina espírita com o progressismo positivista. Alguns jornais espíritas, como *O Semeador* de Parintins, surgiram com a proposta declarada de expor a doutrina de Allan Kardec. Esse jornal, no seu editorial, dizia que “é sempre motivo de júbilo para o homem o aparecimento de um jornal em qualquer lugar, porque é o refletor pelo qual se percebe que a instrução progride nesse meio social” (Julho de 1907, p. 1). Evidentemente, vários foram os jornais que trouxeram uma “parte eclesiástica” destinada à discussão mais explícita do catolicismo. Alguns se intitularam defensores das atividades missionárias, como nos casos do *Jornal do Rio Branco* e *Javary*. No primeiro, em Roraima, na missão dos beneditinos; no segundo, na fronteira com o Peru, na missão dos capuchinhos. O *Javary* inclusive se prestou a defender membros do clero:

Todas as acusações contra o famigerado capuchinho são inverídicas; pois as pessoas que se deixaram de casar, não o fizeram por terem recusado, o que exige a religião católica, a confissão, não pela quantia

de cem mil reis, porque posso afirmar que, de cento e muitos batizados e quarenta e seis casamentos, quase a metade foi feito gratuitamente (*O Javary*, 25 de março de 1917, p. 2).

Contudo, a tendência geral reflete uma secularização dos círculos alfabetizados, gerado pelo frisson republicano e pelo crescimento de doutrinas positivistas entre os políticos de carreira, mesmo coronéis ligados ao ambiente rural. A multiplicação das lojas maçônicas, ideias republicanas, marxistas, anarquistas, fourieristas e espíritas entre as elites reflete a força da entrada do elemento estrangeiro e a tendência geral da instalação de uma República que pretendia estar nos moldes do positivismo comtiano, embora isso tenha acontecido através de inúmeras negociações e reapropriações.

Outros elementos sociais que carecem de menção, quer dizer, que não suscitaram preocupações ativas nos limites dos jornais analisados, foram os indígenas, caboclos e seringueiros. Eles apareceram de forma apenas esporádica. Houve, de forma genérica, uma preocupação com a existência do outro marginalizado, mas nada que se refletisse em qualquer tendência de alteração do *status quo*. *O Tacape*, periódico literário, científico e noticioso de Parintins, afirmava em 7 de dezembro de 1902 que “há ainda muito a fazer na sociedade para que os preconceitos de raças, classes e crenças desapareçam de uma vez para sempre” (p. 1). Quanto aos Índios, nalguns casos transparecia uma preocupação com o seu extermínio pelos seringalistas. O mesmo jornal afirmava que “esse famigerado João Paulino, cuja audácia e impunidade o tem acoroçoado a apossar-se de seringais dos pacatos e inofensivos índios e a tomar borracha a força bruta [...]” (*O Tacape*, 14 de dezembro, 1902, p. 3). Outros casos que merecem ser mencionados e ficarão como sugestão para estudos futuros são a presença crescente dos clubes de estrangeiros, sobretudo

portugueses e italianos, a formação de clubes desportivos (Itacoatiara possui, em 1915, quatro clubes de futebol), os clubes de tiro (em Benjamin Constant e Lábrea, por exemplo) e as próprias lojas maçônicas e os espaços partidários.

Considerações finais

O surgimento de cidades expressivas nas periferias amazônicas como Rio Branco, Porto Velho, Itacoatiara, Manicoré, Lábrea e Parintins criou, entre as elites interioranas, um certo ressentimento com relação ao afluxo de recursos e monopólio da vida política em Manaus e Belém. Esse ressentimento derivava de uma posição de abandono e insensibilidade com as comunidades subitamente erguidas como reflexo dos esforços de extração da goma elástica. Apesar do surto desses regionalismos dentro da própria Amazônia, a estrita dependência do Estado, inclusive no que diz respeito a obter recursos e nomeações políticas, manteve um delicado equilíbrio baseado no que Vitor Nunes Leal intitulou coronelismo (2012).

O jornal interiorano, em geral, era um instrumento desse coronelismo e da luta pelo espaço no aparelho administrativo. As elites recentemente constituídas reclamavam o seu lugar no cenário político regional, argumentando a contribuição das suas atividades para a vida econômica brasileira. Ao mesmo tempo, buscavam reforçar o seu poder e prestígio no cenário local através da palavra letrada. É também neste contexto que se multiplicam jornais de cunho nativista, dirigindo-se para um público ainda incipiente, quer dizer, cujas práticas de leitura não eram regulares ou sequer se manifestavam com vigor.

Estes jornais interioranos misturaram o apelo patriótico à luta pela posse da autoridade municipal, verdadeiro núcleo de poder nas periferias amazônicas. Além de um retrato dessas disputas de poder provincianas, eles serviram de vitrine para a vida social local, tornando nítido o afluxo de elementos recentes, sobretudo imigrantes, na constituição de grêmios e clubs, buscando, contudo, afastar de si o estigma sertanejo da miscigenação, da herança indígena ou da barbárie seringalista.

Pode-se constatar que o crescimento das elites e a multiplicação de jornais acompanhou de perto o ciclo de borracha, com o conseqüente afluxo de produtos comerciais e crescimento econômico das periferias. Na medida em que ainda pouco experientes para lidar com o crescimento de opiniões dispersas e muitas vezes rivalizantes, estas autoridades municipais podiam recorrer à intervenção do delegado, diretamente vinculado à Intendência Municipal, para “estancar a sangria” das opiniões diversas.

Referências

- Coaryense, Coari, 1895.
- Correio de Serpa, Folha independente dedicada aos interesses locais. Itacoatiara, 1912.
- DAOU, Ana Maria. **A cidade, o teatro e o 'Paiz das seringueiras'**. Rio de Janeiro: rio's Books, 2014.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.
- FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. **Voto e competição política na Primeira República**. O caso de Minas Gerais (1889-1930). Curitiba: CRV, 2017.
- FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)**. Catálogo de jornais. Manaus: Editora Calderaro, 1990.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O Coronelismo**: Uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LEAL, Victor Nunes Leal. **Coronelismo, enxada e voto**. 7a ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

MODESTO, Francielle Maria. **Coronel de Barranco**: a literatura no imaginário social da Amazônia no primeiro ciclo da borracha. 2013. Tese (Doutorado em História Social) - USP, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10042014-123459/>>. Acesso em: 2016-01-18.

O Javary, Órgão independente, literário e noticioso. Benjamin Constant, 1916.

O Manicoré, Propriedade de uma Associação, Manicoré, 1899-1908.

O Purus, Lábrea, 1886-1894.

O Rio Madeira, Periculum dicendi non recuso, Manicoré, 1881-1883.

O Rio Negro, Órgão do Partido Republicano Federal, Barcelos, 1910.

O Rio Negro, Órgão dos interesses populares, S. Joaquim, 1906.

O Semeador, Órgão Espírita. Parintins, 1907.

O Tacape, Literário, científico e noticioso. Parintins, 1902-1904.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto (org.) **Imprensa e Sociedade na Amazônia (1870-1930)**. Curitiba: CRV, 2017.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920). Manaus: EDUA, 2015.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. "O Propulsor Fecundo do Amanhã: Imprensa e sociedade numa vila amazônica de fins do século XIX". 2016 [no prelo].

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: TA Queiroz, 1980.

SOO-PANG, Eul. **Coronelismo e oligarquias**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

TORRES, Iraildes Caldas. **Arquitetura do poder**: Memória de Gilberto Mestrinho. Manaus: Edua, 2009

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1979.

WITTER, José Sebastião. **Partido Republicano Federal (1893-1897)** - Coleção Tudo é História, 115. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.